

## **A assistência estudantil como instrumento de inclusão no ensino superior: o caso da UFRN**

Andréa Monteiro da Costa<sup>1</sup>(IFRN-Campus Santa Cruz)

### **Introdução**

A partir da segunda metade da década passada, as políticas públicas de inclusão social no ensino superior saíram das pautas de discussão e das proposições e passaram a ser efetivadas. O processo que se iniciou com a implantação de cotas para estudantes negros ou para oriundos das redes públicas de ensino de forma isolada em algumas universidades foi redefinido e universalizado com a promulgação pela Presidenta Dilma Rousseff, da Lei 12.711, em de 29 de agosto de 2012. Essa lei, como é sabido, instituiu as novas formas de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico.

Na realidade, esse foi um ponto de chegada para o qual confluíram diversas políticas públicas e medidas governamentais na última década. Essas iniciativas visavam ampliar o número de matrículas no ensino superior no Brasil, o qual tem sido proporcionalmente baixo mesmo se comparado com os países vizinhos da América Latina. Essas políticas se direcionaram para dois caminhos: de um lado, a ampliação das vagas no ensino público, com a criação de novos cursos nas Universidades Federais e nos Institutos Federais quanto a criação de novas instituições ou de novos campi nas já existentes; de outro lado, tivemos a ampliação do financiamento estudantil, com a criação do PROUNI e do FIES, os quais significaram um aporte financeiro significativo para as instituições de ensino superior privadas. No primeiro caso, a ampliação foi ancorada em uma política pública específica, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

As políticas de expansão de vagas e de facilitação do acesso ao ensino superior não deixaram de ser alvos de críticas, dentro e fora do ambiente acadêmico brasileiro. Em determinado momento, como ocorreu com a reserva de vagas através de cotas, o debate ganhou, não sem grande dose de paixão, o espaço público nacional. Não se pode esquecer que até o Supremo Tribunal Federal (STF) foi interpelado a se posicionar, a partir de ação contrária a essa política formulada pelo partido Democratas. No espectro

---

<sup>1</sup> Professora de sociologia no IFRN – Campus Santa Cruz. Contatos através do e-mail: [andreamonteiro55@yahoo.com](mailto:andreamonteiro55@yahoo.com).

político, também à esquerda, e mais propriamente à extrema-esquerda, tivemos posicionamento de rejeição absoluta das políticas de expansão do ensino superior. Muito freqüentemente, tais proposições foram alimentadas pelo corporativismo de funcionários e docentes do próprio sistema federal de ensino superior do país. Esses funcionários não viam sentido em serem alocados em unidades sem as “mínimas condições de funcionamento”.

É nesse contexto, de expansão de vagas, que devemos analisar a reconfiguração da política de assistência estudantil, que ocorreu com a publicação do Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, o qual instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil. O grande diferencial desse programa, no contexto das mudanças ocorridas no ensino superior público brasileiro, foi institucionalizar um crescente aporte de recursos com o objetivo explícito de garantir a permanência dos estudantes oriundos das classes populares nas melhores universidades. A apresentação do programa e a sua legitimação interna em cada IFES e cada IF passou a se ancorar numa produção discursiva que remete aos estudantes e às estudantes em “situação de vulnerabilidade sócio-econômica”, uma clara eufemização que não esconde uma certa inquietação dessa instituição com a entrada em seus espaços de novos discentes.

Diante dessa realidade, no campo político e acadêmico oposto, mais próximo ou dos formuladores das políticas de expansão ou dos atores políticos que delas obtêm dividendos políticos, temos uma adesão quase acrítica. Tudo se passa como se a inclusão social no ensino superior fosse um caminho linear, no qual boas políticas públicas e disposição dos gestores das instituições tivessem força bastante para mudar as paisagens elitistas de nossas melhores universidades. Assim, vimos emergir um discurso apologético das novas oportunidades que estariam sendo abertas para os “filhos dos mais pobres”.

O que apontamos acima é uma face do que poderíamos denominar, seguindo de perto aqui leitura sociológica feita por Grun (2008) da chamada “Era Lula”, de “guerra cultural”. Essa é uma guerra no qual se chocam, contrapõem-se visões e proposições sobre o que está ocorrendo na realidade, mas não só. Trata-se também de uma guerra de posições de poder (de dizer e estabelecer o que é “a realidade”) em cada campo da vida social brasileira. Ou seja, trata-se muito também, ou talvez predominantemente, de uma disputa pelo poder em campos de poder que se encontram (ou, segundo alguns, encontravam-se) com as suas hierarquias muito bem estabelecidas. Como é possível

perceber, a análise que empreendemos tem, no horizonte teórico, a obra de Pierre Bourdieu, mais precisamente o seu conceito de campo.

Levando em consideração o que foi exposto acima, o que nos interessa interrogar, a partir de alguns dados da implementação do PNAES na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é sobre até que ponto a inclusão social no ensino superior implica em alterações substanciais no campo universitário brasileiro. Obviamente, uma investigação dessa magnitude demandaria a confecção de uma cartografia desse campo na sociedade brasileira. Essa empreitada pressupõe, dentre outras tarefas, uma apreensão nuançada tanto da sua gênese histórica quanto da sua intersecção com outros campos de poder. Além, obviamente, da confecção de uma certa radiografia da estruturação desse campo no momento presente. Dada a dimensão dessa empreitada, ela é mais um bússola a orientar a nossa reflexão neste trabalho do que exatamente uma meta ambicionada.

Importa ressaltar, antes de avançar, que a reflexão aqui intentada está inserida em um projeto de investigação mais amplo a respeito das mutações geracionais de projetos existenciais em relação ao trabalho e à educação.

### **Assistência estudantil na UFRN: um panorama dos gastos**

A instituição de um programa como o PNAES, com o aporte de recursos federais a ser aplicado a partir de uma elaboração de demandas por cada instituição, não se traduz em uma execução uniforme do mesmo em todo território nacional. Como bem sabem os analistas de políticas públicas, no cotidiano, a execução de cada política depende sempre de arranjos e contornos que pressupõem negociações, acordos e, obviamente, relações de força. Isso porque os atores estatais (os gestores e servidores de uma universidade, por exemplo) não simples reprodutores de decisões, mas também intérpretes. E ao fazerem suas interpretações fazem-nas a partir de compreensões políticas e ideológicas, nem sempre muito bem explicitadas.

Ora, se a apreensão acima encontra referentes nas práticas de execuções de políticas públicas na maioria das agências estatais os referentes que confirmam a proposição são mais fortes ainda nas universidades e nos institutos federais. Isso porque, nessas instituições, a verticalização que marca a ação do Estado no Brasil é, até certo ponto, refreada por gestões que, dado que eleitas na maioria dos casos, pressupõem sempre acordos e negociações com os diversos atores. E essa prática se

traduz de implementar ou interpretar as políticas públicas. Basta lembrarmos que o REUNI sofreu resistências em muitas universidades, nas quais unidades inteiras se negaram a “entrar no Programa”.

Na vida cotidiana dessas instituições, as deliberações tomadas em colegiados com participação dos atores internos traduz bem esse processo de “interpretação” das políticas públicas para o setor da educação superior. No caso da UFRN, a utilização e a forma de execução dos recursos do PNAES são discutidas em um dos seus colegiados, no caso o Conselho de Administração, que conta, na sua composição, com diretores de unidades, representações discentes, docentes e dos servidores, além dos gestores das áreas fins da administração central da instituição (das Pró-Reitorias de Planejamento, de Gestão de Pessoas, de Assuntos Estudantis e de Administração). Há um elevado grau de transparência e de publicidade das discussões e decisões, dado que as atas e resoluções são de acesso público pela internet.

Obviamente, o contexto político mais geral no qual se inserem as decisões governamentais afeta fortemente o processo de “interpretação” e execução das políticas públicas. Para se ter uma idéia, a UFRN somente conseguiu definir a alocação de seus recursos para o ano de 2015 no mês de julho. Ou seja, quando já decorridos mais de seis meses foi que a instituição teve a exata sinalização dos recursos orçamentários a que a IES faria jus. Mesmo assim, nesse mês, a instituição aprovou a sua proposta orçamentária, no Conselho de Administração, o qual se transformou na Resolução CONSAD 023/2015, de 27 de julho de 2015. Assim sendo, no quadro I, abaixo, temos um primeiro importante dado para a nossa análise que é a distribuição dos recursos pela instituição para a assistência estudantil.

**Quadro 01:** Aplicação dos recursos do PNAES pela UFRN em 2015.

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>	
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO INTERNA 2015</b>	
<b>RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL</b>	
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	
<b>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b>	
	R\$ 1,00
<b>UNIDADE</b>	<b>VALOR</b>
<b>ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE</b>	<b>28.146.269</b>
Apoio ao Estudante p participação em eventos fora da UFRN	230.000
Manutenção da Residência Universitária	2.467.869
Jogos Universitários	160.000

Política de Esportes	180.000
Manutenção do Parque Poliesportivo	550.000
Restaurante Universitário	6.148.800
Restaurante Universitário Escola Agrícola de Jundiá	153.000
Bolsas de Pesquisa	2.668.800
Bolsas de Extensão	2.088.000
Bolsas de Apoio Técnico - Centros Administrativos	2.030.400
Bolsas de Apoio Técnico/outras unidades administrativas	1.920.000
Monitoria	720.000
Apoio à mobilidade (passaportes, vistos, passagens, proficiência)	60.000
CAENE + bolsa de apoio a estudantes com deficiência	96.000
Festival Universitário de Artes	30.000
Auxílio Creche (R\$ 100,00)	100.000
Auxílio Atleta (R\$ 400,00)	72.000
Auxílio Óculos (R\$ 200,00)	50.000
Inclusão Digital	10.000
Auxílio Moradia (250,00)	3.750.000
Aluguéis de Imóveis p/Residências Universitárias	20.000
Apoio a Eventos Acadêmicos na UFRN organizados por estudantes	60.000
Recepção dos Calouros	30.000
Bolsa Transporte (Auxílio) (R\$ 100,00)	500.000
Bolsa Especial - Odontologia, Ágora (interior), Serviço Social	176.400
Atendimento Odontológico	50.000
Atendimento Médico	200.000
Aquisição Instrumentos Acadêmicos	125.000
Investimento em Restaurantes Universitários e Áreas de lazer do complexo de Residências e áreas de convivência nos centros acadêmicos e unidades administrativas	3.500.000

Fonte: [WWW.sigrh.ufrn.br/colegiados](http://WWW.sigrh.ufrn.br/colegiados).

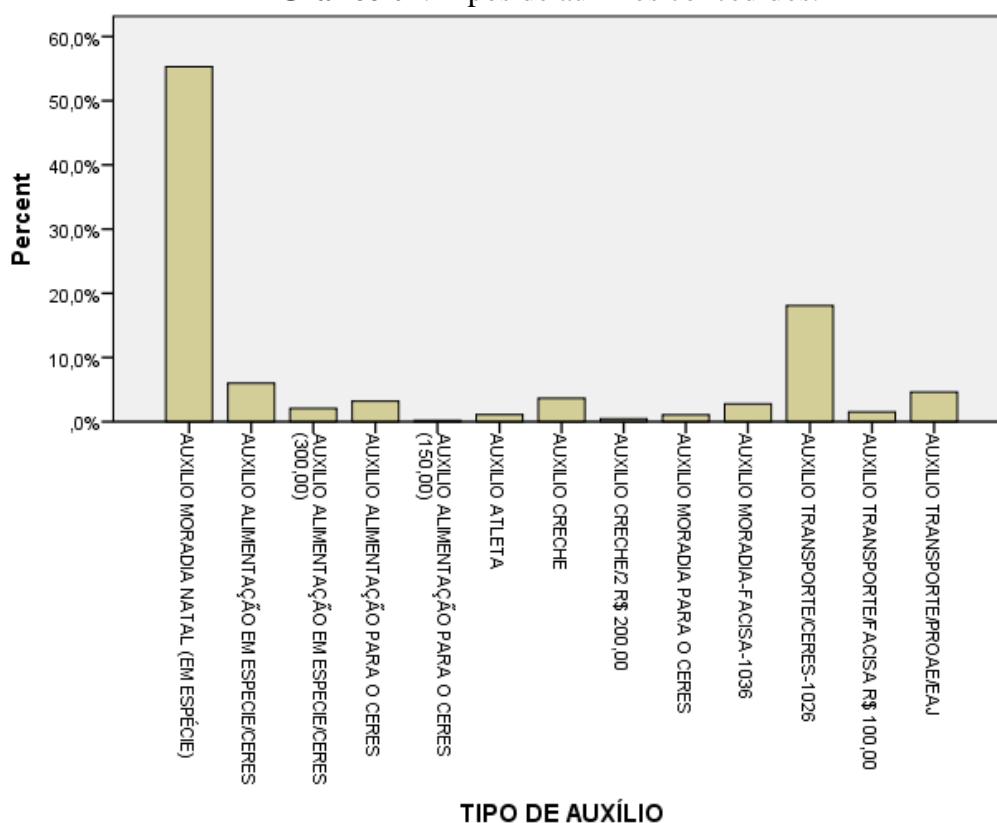
Considerando-se que o orçamento total da UFRN para 2015 foi de cerca de R\$ 130.000.000,00, os recursos destinados a assistência estudantil indicam um peso significativo dessa dimensão na vida da instituição. Entretanto, quando analisamos mais detidamente os dados contidos no quadro acima percebemos como é possível flexibilizar as rubricas da assistência estudantil para incluir estudantes que não são exatamente aqueles identificados como estando sem situação de vulnerabilidade sócio-econômico. O restaurante universitário, que absorve mais de 20% do total de recursos destinados pela IFES à assistência estudantil não oferece alimentação exclusivamente aos estudantes mais pobres. Nele, segundo fomos informados extra-oficialmente, cerca de dois terços dos usuários têm renda superior àquela que os classificariam como

vulneráveis. Caso fossem enquadrados nessa situação eles se tornariam não-pagantes. São pagantes, mas, aí é que está!, o preço da refeição, que em dezembro de 2015, está em R\$ 3,00, cobre menos de 40% do preço real de custo da produção de um almoço, conforme informação que conseguimos obter.

Outro dado significativo a ser observado diz respeito ao total de gastos referentes às bolsas acadêmicas (de ensino, pesquisa e extensão): em torno de 30% do total. É importante lembrar que como as mesmas são distribuídas, normalmente, a partir de editais nos quais concorrem docentes, os critérios de escolha dos beneficiários não são exatamente àqueles relacionados à vulnerabilidade sócio-econômica.

Dos recursos destinados exclusivamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade sócio-econômico, constituem cerca de 30% do total. Aí se enquadram os gastos com as residências, os auxílios-moradia e os auxílios transportes. No gráfico abaixo, uma apresentação dos tipos dos auxílios concedidos.

**Gráfico 01:** Tipos de auxílios concedidos.



O gráfico acima indica a centralidade da assistência estudantil na manutenção dos estudantes beneficiados no ensino superior. Basta pensarmos que 50% dos recursos do PNAES na rubrica de “auxílios” são alocados para a concessão de auxílio-moradia.

Têm direito a esse auxílio, que, na UFRN, corresponde ao valor de R\$ 250,00, os estudantes que não obtiveram vagas nas residências universitárias. No total, são cerca de 1400 estudantes beneficiados com esse auxílio. Some-se a esse número os cerca de mil residentes e aí teremos cerca de 2500 estudantes cuja continuidade no ensino superior está diretamente atrelada aos recursos disponibilizados pela assistência estudantil.

### **A assistência estudantil e a reprodução do campo universitário**

A assistência estudantil foi transformada em política pública vigorosa (pelo menos no que diz respeito ao montante de recursos públicos alocados nos últimos anos) tendo como suporte uma produção discursiva que aponta para a necessidade de não apenas garantir o acesso dos estudantes de classes populares às universidades, mas de assegurar também a permanência dos mesmos nessas instituições. No entanto, uma das matrizes discursivas que traduz um dos lados da “guerra cultural” dos últimos anos se assenta não apenas na garantia da continuidade dos estudos dos “filhos dos mais pobres” que adentram as universidades, mas na entrada e permanência destes em cursos situados na parte superior das posições do campo universitário brasileiro. Nesse caso, em cursos como direito e medicina.

Nas eleições presidenciais de 2014, a elaboração discursiva acima referida foi produzida à exaustão. Obviamente, os seus porta-vozes eram os defensores do legado de inclusão social da Era Lula. Nas redes sociais, e não raro também no material publicitário de rádio e TV, o discurso de que “agora, filho de trabalhador se forma em medicina” era onipresente. Muitas das vezes com a mobilização de mensagens de forte carga emocional. À primeira vista, pareceria, então, que a política de acesso (através das cotas e o aumento de número de matrículas) aliada à política de assistência estudantil estaria provocando uma reviravolta nesse campo social tão marcadamente hierárquico que, e não apenas no Brasil, o campo universitário.

Cabe ao cientista social, por mais simpatia que lhe despertem pessoalmente as políticas de inclusão no ensino superior, não se deixar dominar pela perspectiva política imediata e suspender a sua desconfiança e capacidade crítica diante dos fatos da vida social. No caso em tela, é incontornável a indagação a respeito da profundidade das mudanças que as políticas anteriormente mencionadas provocam? E essa é uma realidade passível de ser apreendida mesmo se dirigimos as nossas baterias, como ocorre aqui, para um caso específico.

Mais uma vez, os dados fornecidos pela UFRN parecem corroborar as proposições bourdieusianas<sup>2</sup> a respeito da necessidade de não confundirmos as aparências de mudanças com as mudanças substanciais que, na maioria das vezes, ansiamos e defendemos. Levando-se em conta a importância simbólica atribuída aos cursos nas universidades brasileiras, podemos, ao nos confrontarmos com os dados a respeito de quais os cursos que são mais beneficiados com auxílios de assistência estudantil, encontrar elementos que subsidiem a nossa proposição. Vejamos o quadro II, abaixo. Nele, temos a distribuição de auxílios financeiros com recursos do PNAES por curso até julho de 2015.

**Quadro 02:** Auxílios a estudantes concedidos por curso.

<b>CURSO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
ADMINISTRAÇÃO CCSA	31
ADMINISTRAÇÃO CERES	102
AGRONOMIA	63
ARQUITETURA E URBANISMO	17
ARTES VISUAIS	10
BIBLIOTECONOMIA	19
BIOMEDICINA	51
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	15
CIÊNCIAS ATUARIAIS	3
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	76
CIÊNCIAS CONTÁBEIS CERES	67
CIÊNCIAS CONTÁBEIS CCSA	56
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	289
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	23
CIÊNCIAS SOCIAIS	26
COMUNICAÇÃO SOCIAL	35
DANÇA	8
DESIGN	2
DIREITO CERES	45
DIREITO CCSA	31
ECOLOGIA	19
EDUCAÇÃO FÍSICA	43
ENFERMAGEM FACISA	54
ENFERMAGEM CCS	82
ENGENHARIA AMBIENTAL	3
ENGENHARIA BIOMÉDICA	2
ENGENHARIA CIVIL	30
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	26
ENGENHARIA DE AQUICULTURA	11
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	8
ENGENHARIA DE MATERIAIS	4
ENGENHARIA DE PETRÓLEO	16
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	18
ENGENHARIA DE SOFTWARE	4
ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES	3
ENGENHARIA ELÉTRICA	45
ENGENHARIA FLORESTAL	51
ENGENHARIA MECÂNICA	26

<sup>2</sup> Ver, em especial, Bourdieu (1989 e 2001).



ENGENHARIA MECATRÔNICA	3
ENGENHARIA QUÍMICA	30
ENGENHARIA TÊXTIL	17
ESTATÍSTICA	9
FARMÁCIA	162
FILOSOFIA	18
FÍSICA	16
FISIOTERAPIA FACISA	50
FISIOTERAPIA CCS	22
FONOAUDIOLOGIA	21
GEOFÍSICA	15
GEOGRAFIA CERES	157
GEOGRAFIA CCHLA	53
GEOLOGIA	4
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	26
GESTÃO EM SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE	9
GESTÃO HOSPITALAR	10
HISTÓRIA CERES	129
HISTÓRIA CCHLA	41
LETRAS CERES	258
LETRAS CCHLA	42
MATEMÁTICA CERES	78
MATEMÁTICA CCET	39
MEDICINA CCS	78
MEDICINA ECMC	37
METEOROLOGIA	10
MÚSICA	44
NUTRIÇÃO CCS	42
NUTRIÇÃO FACISA	61
ODONTOLOGIA	53
PEDAGOGIA CERES	105
PEDAGOGIA CE	60
PSICOLOGIA	18
QUÍMICA	45
QUÍMICA DO PETRÓLEO	39
SERVIÇO SOCIAL	80
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	95
TEATRO	34
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	21
TURISMO CERES	95
TURISMO CCSA	37
ZOOTECNIA	67

**Fonte:** Informações fornecidas pela PROAE/UFRN

Como se pode perceber, os cursos localizados nos campi do interior ou aqueles que se situam geralmente na parte dominada do campo universitário são os que têm mais estudantes demandantes de recursos da assistência estudantil. Ainda nesse sentido, vale a pena conferirmos como os auxílios se distribuem por unidades ou centros da instituição.

**Quadro 03:** Distribuição dos auxílios por unidades acadêmicas.

**Quadro 03:** Auxílios concedidos por centro ou unidade

CENTRO/UNIDADE	QUANTIDADE	%
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ	1131	30,8
CENTRO DE BIOCÊNCIAS	157	4,3
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	522	14,2
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	199	5,4
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	313	8,5
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	277	7,6
CENTRO DE EDUCAÇÃO	60	1,6
CENTRO DE TECNOLOGIA	248	6,8
ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ	185	5,0
ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	289	7,9
ESCOLA DE MÚSICA	44	1,2
ESCOLA MULTICAMPI DE CIÊNCIAS MÉDICAS DO RIO GRANDE DO NORTE	37	1,0
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRI – FACISA	177	4,8
INSTITUTO METROPOLE DIGITAL	21	0,6

O fato de uma única unidade, exatamente aquela que congrega os campi de Caicó e Currais Novos, no interior do Estado, ser responsável por 30% da demanda de auxílios merece um destaque. Ora, essa unidade tem um corpo discente que corresponde a pouco mais de 3% dos estudantes da instituição. O que esse dado parece nos indicar é que os recursos da assistência estudantil são importantes (decisivos até) para a permanência dos estudantes no ensino superior, mas o impacto da assistência na redefinição profunda do campo universitário brasileiro ainda não está ocorrendo.

Ora, as universidades, na maioria das sociedades ocidentais, funcionam como lócus de reprodução das elites<sup>3</sup>. Obviamente, há integração e inclusão de estudantes oriundos das classes populares. É igualmente verdadeiro que esses estudantes, geralmente identificados como sendo “vulneráveis” do ponto de vista econômico e social, adentram pouco nos cursos formadores dos membros das elites. Como todo campo social (Bourdieu, 1989), a Universidade é também um campo de poder e de luta pelo poder. E, como todo campo, goza de relativa autonomia. No caso que estamos analisando, essa relativa autonomia se traduz em uma “interpretação” local (da instituição) que mitiga os efeitos potencialmente mais inclusivos contidos no PNAES enquanto política pública.

---

<sup>3</sup> A esse respeito, vale a pena lembrar o quanto as universidades são estruturantes para a conformação dos quadros dirigentes em sociedades como a norte-americana. A análise de Swartz (2008), fortemente embasado no instrumental teórico fornecido pela teoria do campo de Bourdieu, é ilustrativa dessa realidade.

## **Considerações finais**

A política de assistência estudantil, reforçada com a criação do PNAES através de decreto-lei, tem sido um referente mobilizado para legitimar o discurso da inclusão social e da mudança na Universidade brasileira. É inegável que o aporte de recursos, aliado ao aumento do número de vagas, tem significado a possibilidade de ingresso de estudantes oriundos das classes populares nas nossas instituições públicas de ensino superior. Entretanto, a mudança substancial em um campo social obedece menos às injunções voluntaristas formuladas em outros campos (no caso, o campo político-governamental) do que sugere a ingenuidade analítica. Por sob a capa da mudança, estruturas se mantêm inalteradas, pois, os campos alteram as suas regras continuamente. E essas regras são alteradas muito mais especialmente quando novos ingressantes parecem ameaçar as posições e os recursos dos que se encontram nas posições dominantes.

Obviamente, no caso do campo universitário brasileiro, a legitimação dos dominantes somente pode ocorrer pela contribuição, mesmo que (ou fortemente) involuntária dos dominados. Esse o caso do recurso retórico do mérito acadêmico. Não raramente, os dominados demandam recursos da assistência estudantil alegando o seu déficit em termos de rendimentos acadêmicos possíveis. Assim sendo, o que seria um elemento para liberar energias transformadoras e aumentar a capacidade dos “de baixo” em enfrentar estruturas montadas para excluí-los e termina dolorosamente a levá-los a confirmar (legitimar) lugares sociais (como cursos superiores menos valorados simbolicamente) que os diminuem como sujeitos.

## **Referências bibliográficas**

- BOURDIEU, Pierre. *“O poder simbólico”*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989  
\_\_\_\_\_. *“Meditações Pascalianas”*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GRUN, Roberto. GUERRA CULTURAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: as eleições presidenciais de 2006 e a “blogosfera”. *Sociedade & Estado*, vol. 23, nº 3, 2008.

SWARTZ, David L. “Social closure in American elite higher education”. *Theory and Society*, nº 37, 2008.